

AS ALTERNATIVAS PROPOSTAS PELA ECONOMIA SOLIDÁRIA, PARA O DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL, COM SUSTENTABILIDADE E GERAÇÃO DE RENDA.

Daniel Henrique dos Santos Maia (Uni-Facef)
Nayana Ferreira Catin (Uni-Facef)
Hélio Braga Filho (Uni-Facef)

"A minha tese fundamental é a de que vivemos em um desses momentos de crises, geradas por fenômenos problemáticos que desafiam o pensamento filosófico e exigem dele uma especial atenção"
Mauricio Abdalla

1. Introdução e Justificativa

Este trabalho pretende falar de uma economia que é vivida cotidianamente pelo povo simples dos bairros, pelos desempregados, trabalhadores informais, biscateiros, camelôs, pequenos empreendedores e uma multidão de brasileiros que ficam à "margem" do mercado formal e são tratados como secundários e perniciosos. Uma economia que ferve na bodega da Maria, na quitanda do Pedro, no mercado público, na feirinha do bairro, no boteco da esquina, nas praças públicas e nos becos da cidade.

Esta economia solidária é uma realidade que faz pulsar a vida de mais de cinquenta por cento dos trabalhadores de nosso país, garantindo maior circulação de riquezas e justiça social. Jandir Pauli (2006, pág. 33) nos remete a um conceito de economia carregado de significado:

O modelo de economia proposto no *óikos* grego carrega um conceito que significa organização econômica como gestão da casa e da vida dos cidadãos. Neste caso, a economia é sempre um exercício coletivo voltado à promoção das condições de subsistência e de provisão das condições materiais para o exercício da cidadania.

O quadro alarmante de exclusão social que testemunhamos em nosso país requer urgência na obtenção de soluções concretas para desafios antigos como a pobreza, a fome, a baixa escolaridade, a violência e tantos outros que nem o mercado, nem o estado conseguiram solucionar. O aumento da concentração de renda nas últimas décadas agravou-se com o atual processo de globalização econômica.

As mudanças estruturais, de ordem econômica e social, ocorridas no mundo, nas últimas décadas, fragilizaram o modelo tradicional da relação de trabalho capitalista. O aumento da informalidade e a precarização dos contratos de trabalho afirmaram-se como tendência em uma conjuntura de desemprego em massa. São milhões de trabalhadores que se sujeitam a abdicar de seus direitos sociais para garantir a sobrevivência. De outro lado, o aprofundamento dessa crise abriu espaço para o surgimento e avanço de outras formas de organização do trabalho, consequência, em grande parte, da necessidade dos trabalhadores encontrarem alternativas de geração de renda. Na economia solidária encontramos milhares de trabalhadores organizados de forma coletiva, gerindo seu próprio trabalho e lutando pela sua emancipação. São principalmente iniciativas de Organizações Não Governamentais voltadas para projetos produtivos coletivos, cooperativas populares, redes de produção-consumo-comercialização; instituições financeiras voltadas para empreendimentos populares solidários, empresas recuperadas por trabalhadores, organizados em autogestão, cooperativas de agricultura familiar, cooperativas de prestação de serviços, dentre outras.

Vivemos o apogeu da expansão voraz do capitalismo dos oligopólios, dos conglomerados e da especulação financeira, cuja penetração subverte todas as relações político-culturais e contamina corações e mentes de jovens e adultos; homens e mulheres; trabalhadores e intelectuais: e sobretudo, dos homens de negócios. No contexto de uma era marcada pela marcha vitoriosa da economia de mercado qual seria a relevância do discurso e da prática de uma economia solidária?

Uma economia solidária exige, além do desenvolvimento de sua base

material, um alto grau de conscientização e motivação por parte de sua população, movida por princípios éticos e valores de compaixão e solidariedade.

Em oposição radical ao sistema de competição, a economia solidária não pode ser um produto do autoritarismo, de uma administração de uma só via, de cima para baixo, que torne a população em objeto passivo. Ela exige a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico.

Destinados a promover as pessoas e a coletividade, programas de Economia Solidária vêm recebendo crescente apoio de governos municipais e estaduais, sendo reconhecidos como uma poderosa política de reversão do quadro de pobreza, desemprego, exclusão em todos os níveis e precarização do trabalho, sustentada em modos coletivos de geração de trabalho e renda, integrados aos processos de desenvolvimento local participativos e sustentáveis.

A economia solidária é representada por um conjunto de iniciativas inspiradas em valores humanos que coloca o ser humano como sujeito no processo da vida e da atividade econômica, em vez da acumulação de capital. Isso pressupõe mudanças importantes no mundo do trabalho, incentivando a equidade, a democracia, a cooperação a solidariedade e a qualidade nas relações no trabalho. Compreende uma grande diversidade de práticas econômicas e sociais - de produção, distribuição, finanças, trocas, comércio, consumo, poupança e crédito - organizadas sob a forma de autogestão.

As iniciativas de economia solidária, ao propor uma organização onde os cidadãos e cidadãs se incumbem de criar sua própria fonte de trabalho visando o acesso de bens e serviços de qualidade ao mais baixo preço possível, numa dinâmica de reciprocidade que articula os interesses individuais aos coletivos, se apresentam como alternativas em nosso sistema capitalista, onde a questão do bem estar das pessoas e do emprego (que foram ficando cada vez mais difíceis) são essenciais. Papel também de destaque dos parceiros destas iniciativas, tanto no chamado terceiro setor como no governo, que fomentam a cooperação, a ação solidária em reação à desigualdade, a uma realidade onde cada vez mais poucos detêm muito e muitos detêm pouquíssimo, e que são fundamentais para a

constituição de uma sociedade mais ética e saudável.

Mergulhamos na realidade de uma cadeia de empreendimentos solidários na tentativa de entender mais a fundo os seus princípios, sua organização e funcionamento e assim evidenciar a importância da valorização do trabalho, da utilização de insumos menos impactantes ao meio, assim como celebrar a cooperação e as alternativas de autogestão pertinentes à economia solidária. Visando apontar realizações, obstáculos, mas acima de tudo perspectivas de futuro a uma sociedade capitalista que está esgotando seus recursos e exaurindo seus trabalhadores.

1.1 Desenvolvimento Sustentável e a Sustentabilidade

O conceito de desenvolvimento sustentável, embora ainda objeto de alguma controvérsia, procura conciliar a necessidade de desenvolvimento econômico da sociedade com a promoção do desenvolvimento social e com o respeito ao meio-ambiente. Ele traz consigo ideologias e atitudes que exigem essas mudanças nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos, não só deles, mas também mudanças no conjunto da sociedade. Neste contexto, LEFF (2004 pág 62) defende que “os conflitos socioambientais emergem de princípios éticos, direitos culturais e lutas pela apropriação da natureza que vão além da internalização dos custos ecológicos para assegurar um crescimento sustentado”. Faz-se necessário então desenvolver novos valores culturais e éticos, transformar estruturas econômicas e reorientar nossos estilos de vida. A publicação O ESTADO DO MUNDO, da Worldwatch Institute, edição 2004, sob o tema: “A sociedade de consumo”, pergunta como intensificar a sustentabilidade do desenvolvimento? “Um dos resultados da Cúpula de Johannesburgo de 2002 foi colocar o desenvolvimento sustentável como um objetivo integral entre as Metas de Desenvolvimento do Milênio compartilhadas pela comunidade global”. Diz ainda que:

“... essas metas vão além da sustentabilidade ambiental e abrangem objetivos como a erradicação da fome e a melhoria da saúde, da educação, da equidade social e da cooperação

internacional. (...) reivindicam não somente um melhor desempenho econômico, mas a melhoria da qualidade de vida por meio do desenvolvimento social” (O ESTADO DO MUNDO, 2004, pág 08).

Em termos conceituais, desenvolvimento sustentável é uma grande idéia, mas uma grande idéia que emperra numa prática não resolvida imediatamente. O importante hoje é dedicar tempo e energia para promover melhores condições de vida a populações que vivem em condições desfavoráveis, sem repetir o mesmo modelo de crescimento econômico que foi praticado nos países que atingiram condições de vida muito elevadas, mas também a um custo muito elevado. E é neste momento que nos cabe pensar cuidadosamente sobre o que queremos dizer por desenvolvimento. Normalmente, falamos em desenvolvimento como aumento do poder aquisitivo e freqüentemente entendemos o desenvolvimento como uma conseqüência natural do celebrado crescimento do produto em um país. Nos países mais pobres esse crescimento é perseguido a todo custo, mas quando pensamos nos países mais ricos, o pensamento poderia ser diferente. “Precisamos, sim, de uma ética de suficiência para apreciar o que temos e valorizar as coisas que realmente queremos”, diz Gary Gardner, membro do Worldwatch Institute. Essa renovação da ética proposta implica em mudarmos algo profundamente arraigado em nossa sociedade ocidental. Implica em mudarmos e repensarmos o nosso consumo e seus incentivos. Trata-se também de uma questão de disciplina, como propõe GARDNER (2006): “... ter a disciplina de limitar nosso consumo, a disciplina de dizer: Não necessito mais do que já tenho. Chega, é suficiente”.

Nesta perspectiva, a sustentabilidade surge como uma alternativa, uma necessidade de restabelecer o lugar do ambiente no pensamento econômico e nas práticas que visam desenvolvimento. Devemos lembrar, porém, que estes discursos não estão isentos do conhecido conflito de interesses que temas como esses levantam, justamente por abranger questões econômicas e ambientais, por vezes antagônicas e que, em outras vezes, são complementares. Uma vez proposto este repensar o nosso consumo, valheremo-nos de Fátima Portilho

(2005), que aborda em suas obras todo o processo histórico por trás do chamado “deslocamento” da questão ambiental da produção para o consumo. A autora descreve o conflito de interesses, que antes se digladiavam exclusivamente em ringues de produção, e que hoje freqüentam também outros mares, ou seja, discute-se o que fazer sob a perspectiva do consumo. Em seu artigo, PORTILHO¹ destaca que a crítica deixou de ser somente aos modelos de produção, seus impactos e conseqüências. O consumo individual também foi chamado à responsabilidade pelos problemas ambientais que enfrentamos. Se, assim como na questão da produção discutem-se mudanças nos padrões e até a sua redução, no viés do consumo surge o embate se este deve ser reduzido e se deve ter seus próprios padrões alterados e revistos.

1.2 A economia solidária

A análise crítica das teorias e propostas dos “tipos” de consumo levou-nos ao encontro da economia solidária, justamente como uma resposta aos desafios da sustentabilidade, ao compreender em seus princípios o ideal do socialmente justo, ambientalmente responsável e economicamente viável. A economia solidária representa práticas fundadas em relações de colaboração, inspiradas por valores culturais que colocam o ser humano como sujeito e finalidade da atividade econômica, em detrimento à concentração da riqueza nas mãos dos detentores do capital. É promotora de ações de geração de ocupação e renda em larga escala e um instrumento de combate à exclusão social. Essa nova forma de produção e consumo tem como meta privilegiar o trabalho coletivo, a autogestão, a justiça social e o cuidado com o meio ambiente. Sobre ações coletivas, PORTILHO (2005) coloca que estas facilitam a distribuição deliberada dos custos e benefícios mais equitativa do que a exclusiva confiança em ações individuais. As ações coletivas são uma estratégia potencialmente mais desejável e eficaz para mover os atuais padrões em direção a sustentabilidade.

¹ Artigo disponível *online*, sem numeração de páginas *in* www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm.

A cartilha “Saiba mais sobre Economia Solidária” (2006), elaborada pelo Centro de Educação Popular do Rio Grande do Sul (CAMP) nos ensina que esta é uma “alternativa de trabalho muito antiga, mas também muito recente (...) muita gente vive da economia solidária e nem sabe disso. São pessoas que trabalham juntas, (...) pensando e construindo o bem de todos”. Não deixemos de mencionar um dos principais defensores desta prática no Brasil: o professor Paul Singer, que postula em várias de suas obras o seguinte sobre a economia solidária:

“... seus princípios básicos são a propriedade coletiva do capital e o direito à liberdade individual. Todos os que produzem são uma única classe de trabalhadores na qual todos são possuidores do capital através do trabalho cooperativo”.

Segundo SINGER (2003) “A empresa solidária é basicamente de trabalhadores, que apenas secundariamente são seus proprietários (...) sua finalidade básica não é maximizar lucro, mas a quantidade e a qualidade do trabalho”. É sabido que hoje, grupos de trabalhadores do campo e da cidade, apesar das inúmeras dificuldades, procuram se organizar em associações, cooperativas, microempresas e empresas autogestionárias.

Juntos, “assumem os riscos de viabilizar uma atividade econômica que lhes permita ter um trabalho e uma renda permanente e de cuja gestão e divisão dos resultados todos participem” (CAMP, 2006).

SINGER (2003) garante que “uma grande arma para a superação das fragilidades é a ajuda mútua entre os indivíduos, as associações, cooperativas e agências de fomento, que hoje estão unidas no Fórum Brasileiro de Economia Solidária (FBES)”. Aliás, em complemento a entidades como o FBES, movimentos religiosos como a Cáritas², da igreja católica, movimentos sindicais e os ligados a

² A Cáritas Brasileira é uma instituição da Igreja Católica, sendo parte da rede de Cáritas Internacional. Ela tem por fim dar sustentação à ação social da Igreja e está organicamente ligada à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Cáritas desenvolve suas atividades com fundos gerados no Brasil pela Campanha de Solidariedade. Paul Singer destaca a evolução da Igreja Católica numa ação meramente

universidades (como as incubadoras de cooperativas populares) também cumprem papel de destaque no apoio, difusão e inclusão de atores nas redes solidárias no país. Movimentos sociais de todos os tipos hoje incorporam a economia solidária às suas ações. Movimento dos Trabalhadores Sem-Terra (MST), Central Única dos Trabalhadores (CUT³) e o próprio governo são exemplos de instituições que têm dado à economia solidária apoio, seja direta ou indiretamente. Tanto que até uma Secretaria Nacional de Economia Solidária foi criada, vinculada ao Ministério do Trabalho, no início do governo Lula. Dados dessa secretaria revelam que no Brasil existem quinze mil empreendimentos de economia solidária, dos quais 55% são associações, 27% grupos informais e o restante, 14%, são cooperativas. Estão associados nos empreendimentos econômicos solidários (EES) mais de um milhão e duzentos e cinqüenta mil homens e mulheres, resultando em uma média de 84 participantes por EES⁴. A este conjunto agregam-se mais vinte e cinco mil trabalhadores e trabalhadoras participantes que, embora não-sócios, possuem algum vínculo com os EES. A Rede Amazônia Solidária (2005) destaca a defesa da classe trabalhadora neste histórico:

“(...) assim como nos países europeus (...) a economia solidária ressurge no Brasil como forma de alternativa de defesa da classe trabalhadora contra o processo neoliberal de aniquilamento de milhões de postos de trabalho formal que se dá a partir da década de 80 (...) fazendo a classe trabalhadora que perdera seus empregos se organizasse em seus próprios negócios (...) começam a surgir entidades de movimentos sociais como Cáritas,

assistencial a uma postura de crítica ao capitalismo, com a proposição de que a solidariedade liberta. “Ela implica numa tese ousada: a de que os trabalhadores, desde que se organizem e granjeiem apoio, podem por si só superar a miséria. Uma das implicações desta tese é que este apoio não tem de ser do Estado, pressuposto geral de todas as correntes de esquerda até então. A Cáritas passou a apoiar milhares de Projetos Alternativos Comunitários (PACs) por todo Brasil, desde 1984, contando com a ajuda da Cáritas Suíça, *Miserior*, *Cebemo*, *Entraide* e *Fraternité* e *Cáritas Alemã*”.

³ Segundo SINGER, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS/CUT) vem se dedicando a preencher uma lacuna que é a falta dum sistema de financiamento às cooperativas autogestionárias.

⁴ Empreendimento Econômico Solidário, conceituação teórica mais abrangente utilizada por alguns estudiosos e adotado no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005 do MTE.

ANTEAG⁵, que promoviam projetos alternativos comunitários os quais são capitalizados por fundos rotativos e em meados dos anos 90, desponta-se em várias universidades as Incubadoras de Cooperativas Populares, visando ajudar os grupos comunitários a desenvolverem-se coletivamente em atividades econômicas”.

As atividades desenvolvidas pelos EES resultam numa extensa variedade e expressiva quantidade de produtos e serviços. Os produtos mais citados pelos EES são aqueles relativos às atividades agropecuárias, extrativistas e pesca (42%), alimentos e bebidas (18,3%) e diversos produtos artesanais (13,9%). Quanto às dificuldades enfrentadas constata-se que 61% dos EES afirmaram ter dificuldades na comercialização, 49% para acesso a crédito e 27% não tiveram acesso a acompanhamento, apoio ou assistência técnica.⁶

Sobre a especificidade da economia solidária, aludimos a França Filho (2002, pág. 13): “A questão que se coloca é aquela de um novo relacionamento entre economia e sociedade”. E o autor continua com uma conceituação muito interessante de hibridação de economias:

“Trata-se aqui de um dos traços característicos do fenômeno chamado de hibridação de economias, isto é, a possibilidade de combinação de uma economia mercantil, não-mercantil e não-monetária. Isso porque, nessas iniciativas de economia solidária, em geral existem, ao mesmo tempo: venda de um produto ou prestação de um serviço (recurso mercantil); subsídios públicos oriundos do reconhecimento da natureza de utilidade social da ação organizacional (recurso não-mercantil); e trabalho voluntário (recurso não-monetário). Essas experiências lidam, portanto, com uma pluralidade de princípios econômicos, uma vez que os recursos são oriundos do mercado, do Estado e da sociedade”.

⁵ ANTEAG é a Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas Autogeridas e de Participação Acionária.

⁶ Todos estes dados são encontrados no Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005, Brasil, Ministério do Trabalho e Emprego.

Já a relação entre a economia solidária e o modo capitalista de produção é bem resumida por SINGER (2003, pág 86):

“Mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção porque é incapaz de inserir dentro de si toda população economicamente ativa. A economia solidária cresce em função das crises sociais que a competição cega dos capitais privados ocasiona periodicamente em cada país. Mas ela só se viabiliza e se torna uma alternativa real ao capitalismo quando a maioria da sociedade, que não é proprietária de capital, se conscientiza de que é de seu interesse organizar a produção de um modo em que os meios de produção sejam de todos os que os utilizam para gerar o produto social”.

... E por COELHO (2006, págs. 01e 02):

“A Economia Solidária vem se solidificando como alternativa de desenvolvimento econômico aos modelos e padrões exploratórios do *modus operandi* da economia capitalista pelo qual nossa sociedade optou seguir. Ao mesmo tempo (...) não atua em um campo fora do capitalismo e do mercado formal, mas ao contrário, busca dentro da realidade existente formas alternativas de desenvolvimento econômico baseado em valores mais humanos, na busca da autonomia dos grupos que a praticam, em práticas sociais e ambientais sustentáveis”.

Vieira (2005, pág. 20) esclarece que do ponto de vista teórico, a economia solidária é em grande parte um modelo de ação – para que os projetos sejam factíveis é preciso agir de modo coordenado – ao contrário da economia neoclássica, cujo modelo propõe a não intervenção, a auto-regulação dos mercados: “(...) é possível compreender que os acontecimentos em curso afetam diretamente o processo de construir a economia solidária. De qualquer forma...”, continua o autor, “... é importante salientar que a economia solidária também é diferente da economia convencionalizada como heterodoxa, enquanto método. Um dos principais instrumentos de cunho heterodoxo é a análise empírica, sendo por meio desta que se acusa o distanciamento da economia neoclássica da realidade observável”. Coloca ainda “(...) a economia solidária aparece como uma terceira vertente no pensamento econômico, diferente da heterodoxa, por utilizar modelos

ideais críticos como método”. Salienta enfim que “grande parte dos estudos sobre economia solidária neste início de século buscou observar as experiências concretas para poder entender sua lógica”.

Feita esta diferenciação teórico-metodológica, voltemos ao desafio maior de como casar eficiência econômica com inclusão social e com o processo de gestão democrática, participativa, transparente e solidária. Gaiger (2004) defende que os benefícios das experiências com economia solidária são extensos, a saber:

“... sobrevivência imediata, subsistência material, aumento da renda familiar, reinserção social, reativação da vida comunitária, qualificação técnica e profissional, desenvolvimento da autogestão, desenvolvimento do espírito democrático, participação na sociedade e consciência social e política”.

Ao propor um novo olhar sobre os empreendimentos econômicos solidários, o autor aponta “respostas emergenciais, necessárias e também: formas de inclusão social, meio para reconstituição progressiva da vida individual e coletiva, (...) e ação de fronteira, criadora de alternativas de vida econômica e social” (Gaiger, 2004).

Pauli (2006, pág 29) ao citar Paez aponta para o:

“(...) *modus vivendi* que se organiza balizado por alguns princípios como: 1) a compreensão do trabalho como meio de humanização, o que significa supremacia do trabalho sobre o capital, impedindo a exploração dos trabalhadores; 2) o trabalho associado, como base fundamental da organização do trabalho; 3) a propriedade social e coletiva dos meios de produção; 4) a autogestão como forma de participação dos trabalhadores no planejamento; 5) apropriação coletiva do excedente produzido; 6) a integração entre os empreendimentos solidários na perspectiva da organização de redes, criando relações de cooperação; 7) reinvestimento do excedente na produção coletiva ou na promoção do bem viver; 8) preservação dos ecossistemas e do meio ambiente na cadeia produtiva, isto é, desde a produção ao consumo”.

A figura abaixo, retirada do ATLAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NO BRASIL, retrata a abrangência da economia solidária, oferecendo uma amostra de



Fig. 01. Abrangência da Economia Solidária no Brasil

Fonte: Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasil, Ministério do Trabalho e sua dimensão e potencialidade de expansão contínua nos próximos anos:

Singer (2003), por fim, destaca:

“O que impele a economia solidária a se difundir com força cada vez maior já não é mais a demanda das vítimas da crise, mas a expansão do conhecimento do que é a tecnologia social, econômica e jurídica de implementação da economia solidária. Centenas de iniciativas, que tendiam antes a ficar isoladas (...) passam a receber a atenção e o apoio de instituições especializadas (...) A construção dum modo de produção alternativo ao capitalismo no Brasil ainda está no começo (...) suas dimensões ainda são modestas diante do tamanho do país e de sua população. Mesmo assim (...) dezenas de milhares já se libertaram pela solidariedade. O resgate da dignidade humana, do auto-respeito e da cidadania destas mulheres e destes homens já justifica todo esforço investido na economia solidária. É por isso que ela desperta entusiasmo”.

Retomamos aqui então os princípios em que a economia solidária se baseia: cooperação, solidariedade, autogestão, sustentação econômica e sustentabilidade

ambiental. Tais princípios⁷ desdobram-se em propostas e ações práticas. Tais ações práticas e propostas de trabalho dependem de viabilidade econômica e de uma gestão democrática em seus empreendimentos.

1.3 Considerações Finais

Com o aumento do desemprego, da exclusão social e da miséria, que tem se agravado cada vez mais com o atual processo de globalização econômica, esse tema vem se consolidando através de ações concretas, como uma alternativa para a melhoria da qualidade de vida das pessoas mais humildes, através de associações, cooperativas, microempresas e empresas autogestionárias que assumem os riscos de viabilizar uma atividade econômica que lhes permita ter um trabalho e uma renda permanente e de cuja gestão e divisão todos participem.

Adotamos neste trabalho uma abordagem de desenvolvimento social, sem rejeitar a eficiência econômica em empreendimentos cooperativos e autogestionários, nem abdicar de atividades que contribuam para o crescimento econômico do país.

Com o objetivo de buscar nas experiências de economia solidária exemplos de como a prática por vezes pode dialogar, responder e apontar alternativas, quando tratamos de sustentabilidade, geração de empregos e renda e perspectivas para a atual sociedade de consumo, discutir os conceitos e as práticas por trás da adoção de novos comportamentos de consumo, além de inserir a questão da insustentabilidade social nestas discussões, ao relacionar a "produção sustentável" à prática do "consumo sustentável". Visando, por fim, contribuir ao debate, abrindo portas para outras discussões e mapear experiências concretas de economia solidária, desenvolvidas no Brasil, apontando as vantagens e desvantagens dessas experiências, buscando a participação de todos, para se tornarem cidadãos e, assim, sujeitos do processo histórico.

Se não fomos nós os autores, quem serão? E, se não for agora, quando?

⁷ Não por acaso, estes princípios também se harmonizam com os princípios já mencionados do "TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA", que se aplicam tanto a produtores quanto a consumidores, que são: **revalorizar**, **reestruturar**, **redistribuir**, reduzir, reutilizar e reciclar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANDRADA, Cris F. **O encontro da política com o trabalho: história e repercussões da experiência de autogestão das cooperadas da UNIVENS**. Teses USP – Psicologia Social. São Paulo, 2005.
- ANTEAG. **Autogestão, ecologia e economia solidária**. 2006. Disponível em <<http://www.anteag.org.br>> Acesso em 18 de novembro de 2006.
- BRASIL, Agência de Notícias – Portal da Cidadania
<http://www.radiobras.gov.br/materia_i_2004.php?materia=245782&q=1&editoria=>
- BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. <<http://www.mma.gov.br/>>
- BRASIL, Ministério do Trabalho e do Emprego. **Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005**. In <<http://www.fbes.org.br>>
- BRASIL, Ministério do Trabalho e Emprego.
<<http://www.mte.gov.br/Noticias/Conteudo/11917.asp>>
- CAMP – Centro de Educação Popular – Ação pela Solidariedade. **Saiba mais sobre Economia Solidária**. Porto Alegre, 2006.
- CANCLINI, Néstor García. **Consumidores e cidadãos - conflitos multi-culturais da globalização**. Rio de Janeiro, UFRJ, 1996.
- COELHO, Júlia. **Economia solidária e desenvolvimento sustentável: análise preliminar visando avaliar os espaços da economia solidária no RS**. Grupo de Pesquisa 13: Socioeconomia Solidária e Desenvolvimento Local. XLIV Congresso da SOBER “Questões Agrárias, Educação no Campo e Desenvolvimento”. 2006.
- ECOSOL. <www.ecosol.org.br>
- FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Terceiro Setor, Economia Social, Economia Solidária e Economia Popular: traçando fronteiras conceituais**. Revista Bahia Análises & Dados: Salvador, SEI. Vol 12. N. 01. Junho 2002.
- FÓRUM Brasileiro de Economia Solidária.
<http://www.fbes.org.br/index.php?option=com_content&task=view&id=616&Itemid=62>

FURRIELA, Rachel Biderman. **Educação para o Consumo Sustentável**. Ciclo de Palestras sobre Meio Ambiente. MEC/SEF/COEA, 2001. Disponível em: <<http://www.inep.gov.br/download/cibec/pce/2001/47-55.pdf>> Acesso em 28 de junho de 2006.

GAIGER, Luiz I. (org). **Sentidos e Experiências da Economia Solidária no Brasil**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2004.

GARDNER, Gary. **Precisamos de uma ética da suficiência**. Entrevista cedida ao IHU On-Line. Textos recebidos pelo Grupo de Discussão em Economia Solidária no CIBEA. (Congresso Ibero-americano de Educação Ambiental, Joinville, 2006).

GONÇALVES, Daniel Bertoli. **Desenvolvimento sustentável: o desafio da presente geração**. Artigo extraído da Revista Espaço Acadêmico no. 51 – Agosto de 2005. Disponível em <<http://www.espacoacademico.com.br/051/51goncalves.htm>>. Acesso em 28 de junho de 2006.

LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. Petrópolis: Vozes, 2004.

MARTIRANI, Laura A. et al. **Sociedade de Consumo e Ambiente: Valores Sociais, Necessidades Psicológicas e Nova Educação**. III Encontro da ANPPAS – Brasília, 2006.

MINEP – Cooperação Internacional. **Proposta de Cooperação do Setor Têxtil entre MINEP e seus entes (Venezuela) e a Cadeia Têxtil Justa Trama (Brasil)**. Relato e Avaliação de Visita, março de 2006.

PAULI, Jandir. **O Poder nas Redes de Economia Solidária**. Dissertação de mestrado em Sociologia. Porto Alegre. UFRGS, 2006.

PORTILHO, Fátima. **Sustentabilidade Ambiental, Consumo e Cidadania**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Consumo "verde", democracia ecológica e cidadania: possibilidades de diálogo?** Disponível em: <<http://www.rubedo.psc.br/Artigos/consumo.htm>> Acesso em 20 de junho de 2006.

REDE AMAZÔNIA SOLIDÁRIA. **Formação de Agentes de Desenvolvimento Solidário**. Novos Laços Desenvolvendo a Amazônia. 2006. Disponível em <<http://www.redeamazoniasolidaria.org.br/modulo1economiasolidaria/historicod aecosol.doc>> Acesso em 18 de novembro de 2006.

SANTOS, Boaventura de Sousa. (org). **Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SEBRAE, Agência Sebrae de Notícias.

<<http://asn.interjornal.com.br/noticia.kmf?noticia=3900198&canal=217&total=103&indice=0>>

SETOR 3, O terceiro setor em rede.

<<http://www.setor3.com.br/senac2/calandra.nsf/0/10C62668BB89A3538325715A005C02C8?OpenDocument&pub=T&proj=Setor3>>

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo. Fundação Perseu Abramo, 2002.

_____. **A recente ressurreição da economia solidária no Brasil**. In Santos, Boaventura de Sousa. Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista. Rio de Janeiro, 2002, pp. 83 - 129.

_____. **Solidariedade na Economia: Uma Alternativa à Competição Capitalista**. 2003. Entrevista Disponível em <http://twiki.im.ufba.br/pub/PSL/EconomiaSolidaria/Entrevista_Paul_Singer.pdf> Acesso em 20 de outubro de 2006.

TRATADO SOBRE CONSUMO E ESTILO DE VIDA. Disponível em: <<http://www.fboms.org.br/ongsbrasil/rio+10/tratados/consumo.htm>> Acesso em 21 de maio de 2006.

UNISOL Brasil. <<http://www.unisolbrasil.org.br/verCont.php?tipo=2&id=1>>

VIEIRA, Fabiano M. **Coerência e aderência da Economia Solidária: um estudo dos coletivos de produção do MST em Mato Grosso do Sul**. Tese de doutorado da USP. São Paulo, 2005.

WORLDWATCH INSTITUTE. **O Estado do Mundo – 2004**. Salvador: UmaEd, 2004. disponível em <http://www.pr.gov.br/meioambiente/educ_historico.shtml> Acesso em 21 de maio de 2006.